



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos

UNIDADE: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Cumprimento de TAC. Atendimento do pedido. Indicação do ente correto para fornecer informações. Inovação em sede recursal. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 187/2017


1. Trata o presente expediente de pedido ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, número SIC em epígrafe, sobre o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público referente à Lagoa de Carapicuíba.
2. Em resposta, o ente prestou esclarecimentos sobre o acompanhamento de projetos em andamento, e, diante de recurso hierárquico, complementou informando que a matéria da canalização do córrego é de competência da SABESP. Insatisfeito, o interessado inovou no pedido e interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado pela Ouvidoria Geral do Estado a complementar as informações, o DAEE enviou Nota Técnica confirmando a informação de que a canalização do referido córrego compete à SABESP.
4. A análise do pedido formulado e da resposta ofertada permite concluir que a demanda original foi adequadamente atendida, tendo sido informado o andamento dos projetos e esclarecido que as informações sobre canalização do córrego competem a outro ente público, em pleno cumprimento ao disposto no artigo 11, caput e §1º, III, da Lei nº 12.527/2011.
5. Além disso, a leitura da manifestação feita em âmbito recursal permite verificar não se tratar propriamente de recurso por negativa de acesso, e sim da formulação de novos questionamentos. A inovação de pedido em grau de recurso, porém, não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, por subtrair a oportunidade de o ente demandado se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso, se o caso. Cabe realçar que nada impede o interessado de formular novo pedido para obter acesso a outras informações, sempre que necessário.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, do Governo Federal, ao justificar a Súmula 002/2015: “Esta súmula apresenta regra geral para o conhecimento de recursos interpostos no âmbito do processo administrativo de acesso à informação, segundo a qual somente deverá ser objeto de apreciação por instância superior matéria que já haja sido apreciada pela instância inferior. Nesse sentido, a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.
7. Diante do exposto, considerando o adequado atendimento do pedido inicial e a indicação do ente correto para fornecer o restante das informações, bem como a inovação na instância recursal, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, III, da Lei, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 15 de setembro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

VKL